

# Entre o não ainda e o já passou: a sociedade hiperconectada e a cultura digital<sup>1</sup>

*Between not yet and past: hyperconnected society and digital culture*

**Luiz Fernando Gomes**  

luiz.gomes39@gmail.com

Universidade Federal de Alagoas – UFAL

O tempo é singular. Não vivemos o mesmo tempo ou, como alertou o geógrafo Milton Santos (1994), vivemos temporalidades diferentes. Nas cidades policrônicas habitam os homens lentos, os pobres, os “opacos” e os que vivem na luz, aqueles para quem a presença da tecnologia é naturalizada, cotidiana e rotineira. O “novo” não é novo para todos, do mesmo modo que ser nativo digital não é uma opção ou uma escolha. Daí vale a pergunta de Agamben (2009): “do que ou de quem somos contemporâneos?”

Não é simples questão de escolha sair do lado escuro e ir para o lado luminoso, conectado. Para Milton Santos (1994), a relação entre lentidão e rapidez deve ser olhada do ponto de vista político.

O que temos visto com cores e contornos mais fortes, nesse período de quarentena, é que vivemos


<sup>1</sup> Este texto é a reformulação da minha participação na Mesa Redonda “Práticas de Linguagem e Tecnologias Digitais em Sociedade: Ensino remoto, tecnologias digitais e pandemia”, promovida pela Associação de Linguística Aplicada do Brasil - ALAB. A Mesa aconteceu no dia 04/11/2020. Disponível em: [https://www.youtube.com/watch?v=zAfFTadMVWs&ab\\_channel=ALAB-Associa%C3%A7%C3%A3odeLingu%C3%ADsticaAplicadadoBrasil](https://www.youtube.com/watch?v=zAfFTadMVWs&ab_channel=ALAB-Associa%C3%A7%C3%A3odeLingu%C3%ADsticaAplicadadoBrasil).

### FLUXO DA SUBMISSÃO

Submissão do trabalho: 15/12/2020

Aprovação do trabalho: 12/02/2021

Publicação do trabalho: 04/06/2021

 10.46230/2674-8266-13-5480

### COMO CITAR

GOMES, Luiz Fernando. Entre o não ainda e o já passou: a sociedade hiperconectada e a cultura digital. *Revista Linguagem em Foco*, v.13, n.1, 2021. p. 403-408. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/linguagememfoco/article/view/5480>.

Distribuído sob



Verificado com

**Plagius**  
Detector de Plágio

em combinações desiguais de avanços tecnológicos advindas não da pobreza ou da falta de recursos do país, mas de decisões políticas que mantêm as reservas de áreas lentas e privilegia as zonas velozes, não apenas localmente, mas em âmbito global. Afinal, os avanços tecnológicos chegam primeiro aos mais ricos. Comento, a seguir, uma situação que vivencio e acompanho no meu trabalho.

Como professor que teve toda sua formação acadêmica em universidades paulistas, que lecionou por mais de vinte anos no ensino superior daquele estado e que há poucos anos ensina em uma universidade federal nordestina, passei a enxergar com mais clareza e menos genericamente a questão do novo nos novos letramentos, as nuances entre as zonas sombrias e as iluminadas. Lembro-me de que meus textos começavam com coisas do tipo: “com a disseminação das tecnologias no mundo atual...”, ou “a presença das tecnologias no nosso cotidiano...”. Não que fosse ingênuo o bastante para acreditar que não houvesse valas e brechas digitais, mas não as vivia, não convivía tão proximamente com elas. Percebi que as valas, as barrocas, ficam na beira das vias pavimentadas; são fronteiriças, mas o que os olhos não veem o coração não sente.

Meu trabalho como orientador de pós-graduação continuou mesmo com a quarentena, enquanto a Instituição discutia se voltaria às aulas presenciais ou faria o ensino remoto.

Minha orientanda, professora da rede pública municipal, com aulas no ensino de jovens e adultos, me trazia a descrição de um novo contexto da sua pesquisa, agora reconfigurada devido às aulas remotas, mas que, de fato, já estava lá, mas não levávamos em consideração. O município, a escola, os professores e os alunos faziam uso marginal dos dispositivos digitais para ensino e estudo; aliás, diga-se que o uso de celulares nas escolas era proibido por lei e muitos professores eram contrários ao seu uso.

Mas, de repente, aparentemente mais por necessidade política que educacional, o Município e o Estado decidiram que era hora de tanto escola, quanto alunos, professores, membros de suas famílias e seus agregados migrarem do lado lento para o lado veloz!

A mudança foi feita de atropelo para responder às demandas da iminente ida às urnas, da dúvida sobre a volta às aulas e o receio do “ano perdido”. Não houve tempo suficiente para cursos de formação de professores (e de alunos) para o ensino remoto.

Foi então que vi a pertinência do pensamento de Milton Santos (1994): sim, o abandono de certas camadas da população, de certas zonas populacionais

é uma decisão política, mais que orçamentária. Fenômeno semelhante ocorreu com o pagamento do Auxílio Emergencial que provocou enormes filas nas portas dos bancos, pois boa parte da população atendida sequer tinha conta em banco.

Percebi, na pesquisa em desenvolvimento da referida orientanda, que não havia nas propostas didáticas pandêmicas praticamente nenhum saber acumulado sendo resgatado das tantas e tantas pesquisas e publicações. A Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP) oferecia, desde 1998, o *Surfing and Learning* (SAL), curso virtual centrado no ensino e aprendizagem colaborativa de língua inglesa criado pela professora Dra. Heloisa Collins, do qual saíram inúmeros trabalhos acadêmicos. Em 2001, na Unicamp, foi criado, pela professora Denise Bértoli Braga, um material de estudo automonitorado, o *Read in Web*, que também produziu muito material empírico para publicações acadêmicas; a Associação Brasileira de Estudos de Hipertexto e Tecnologia Educacional (ABEH-TE), criada em 2007, cujo criador e primeiro presidente foi o professor da UFPE Antonio Carlos Xavier; a Associação Brasileira de Educação a Distância (ABED), sociedade científica criada em 1995, que promoveu dezenas de seminários e eventos nacionais e internacionais e que abriga um grande acervo de trabalhos inovadores e relatos de experiências desenvolvidas por pesquisadores de instituições públicas, privadas e comunitárias de todas as partes do país sobre Educação a Distância.

Havia também os consórcios como a Unirede, criada em 1999 com o nome de Universidade Virtual Pública do Brasil e composta por 82 instituições públicas de ensino superior e 7 consórcios regionais e, evidentemente, o próprio Sistema Universidade Aberta do Brasil, criado pelo Decreto 5.800 de 8 de junho de 2006, a partir do conhecimento e experiências acumuladas pelas várias instituições que vinham desenvolvendo seus métodos e suas tecnologias para o ensino mediado. Foram jogados nos porões do esquecimento praticamente duas décadas de pesquisas sobre Educação a Distância, sobre os estudos da Linguística Aplicada sobre linguagem e tecnologia, e foi proposto quase que um recomeço do zero, inclusive com a adoção de nova denominação: ensino remoto.

Dirigentes de escolas públicas e privadas, professores e alunos foram lançados ou se lançaram a algo (que julgavam) novo e trataram de tentar sobreviver utilizando transposições didáticas cientificamente confirmadas como ineficientes e ineficazes e “criando” práticas individuais e isoladas fadadas à tortura e ao fracasso. Pudera, uma decisão imediatista (ainda que necessária) que colocou a tecnologia como redentora de uma escola anacrônica, de professores, muitos

deles desinformados e mal formados e do pessoal participante do programa “um (único) celular para todos” ou “um celular por família” – pois, em muitas casas, computador é sonhado, celular é compartilhado e internet é emprestada – assemelha-se a uma busca do tempo perdido e que, quando alcançado, já terá passado.

A pandemia tornou-se um pandemônio. Professores, pais, tias e tios, avôs e avós, enfim, houve uma procura geral por dispositivos, conexões, softwares e por quem pudesse ajudá-los a lidar com aplicativos de mensagens instantâneas e outros incorporados à caixa de pandora de aplicativos que se abriu.

Houve casos de professores que ficaram com o “juízo queimado” diante das dificuldades para preparar e ministrar aulas remotas e que estão conseguindo fazer o mínimo necessário, apesar de todo esforço, e outros que embarcaram na onda das *lives* e aplicativos disto e daquilo. Os conhecimentos teóricos e práticos de pedagogia e didática necessários para o ensino remoto acabaram sendo substituídos por aplicativos de celular para *lives* e de mensagem instantânea para avaliações e esclarecimento de dúvidas dos alunos e, em alguns casos, dos pais dos alunos, visto que muitos são crianças.

Paralelamente a todas as qualidades e usos dos aplicativos, precisamos pensar também nas implicações de suas escolhas. Os aplicativos adotados são de marcas estrangeiras e, pela facilidade de download e de se criar uma conta com senhas ligadas às grandes empresas de tecnologia, podem oferecer riscos à segurança dos dados e são uma porta aberta para as seduções do consumo de um sem número de outros aplicativos e produtos. Além disso, como é sabido, os usuários fornecem dados em segundo plano, para ser utilizado pelas grandes corporações. Também convém ressaltar que nem todos foram desenhados para fins educacionais e podem dificultar as atividades didático-pedagógicas em vez de facilitar. Ilustro essa situação com o que aconteceu com o filho de cinco anos de auxiliar doméstica conhecida nossa. Ele passou a usar o celular da mãe todas as noites para fazer as atividades da escola. O garoto, porém, nunca havia demonstrado qualquer interesse pelo celular, passava o tempo cuidando de passarinhos e andando de bicicleta, mas passou a gostar e a usar o celular para ver desenhos e jogos. Ela foi obrigada a comprar outro aparelho para seu uso e deixar o antigo para o filho.

Outro aspecto que não pode ser creditado diretamente à quarentena, mas talvez potencializado por ela, foi que o audiovisual ganhou status de material didático e de aula. O texto verbal em slides ou pdf não é mais bem-vindo;

os alunos preferem vídeos com explicações e imagens, talvez pela impaciência cognitiva de que nos fala Maryanne Wolf em livro de 2019.

A mim me parece que está havendo uma fetichização de aplicativos, de *lives*, que são a nova pipoca contemporânea, e do próprio audiovisual (ou vídeo apenas) que, aos poucos, vai tomando lugar dos textos didáticos no ensino remoto.

É certo que a maioria dos cidadãos, dos pais e mães, não quer viver à margem da vida digital e de todos os benefícios que ela possa trazer a si e aos seus filhos, mas talvez não concorde com essa inclusão feita de qualquer jeito, às custas da precarização do ensino de suas crianças, disfarçada de “volta às aulas”. O que ansiamos por tantos anos: o uso das tecnologias para incrementar e melhorar a educação, aumentar sua capilaridade, ampliar o acesso etc. foi, de repente, traduzido numa forma de ensino muitas vezes precária e deficiente, que nem emenda nem remenda, e que deixa uma nódoa escura no uso das tecnologias no ensino.

Resta-nos, agora, questionar como a escola, professores e alunos irão se comportar no momento em que as aulas puderem voltar a ser presenciais. O que ficará dessas experiências, o que permanecerá como “novas” práticas, “novos” letramentos? De que seremos contemporâneos? O que será passado e deixado para trás? Seria a hora de pensarmos também sobre para qual escola queremos voltar e, mais ainda, qual o modelo de escola que preparará os cidadãos para os desafios do contemporâneo que está por vir, talvez com novas pandemias.

Encerro com uma observação: a lentidão ou a rapidez não se restringe às questões tecnológicas; é possível fruir dos bens oferecidos pela sociedade contemporânea sem necessariamente pertencer ao lado veloz. Permanecer no lado escuro, viver no mundo dos lentos, portanto, não é ruim em si, isto é, não é imperativo que todos venham para a velocidade do mundo tecnológico. Aliás, como afirma Milton Santos (1994), esse lado busca a homogeneização e uma racionalidade capitalista unificadora que leva à alienação. De algum modo, estar (ou querer continuar) lento é uma forma de resistência à ordem econômica capitalista tecnocrata que devora e aliena. Não se pense, porém, que defendo este ou aquele lado, mas advogo que a educação proporcione aos cidadãos opção de escolher as formas de apropriação da tecnologia que convierem a si e aos interesses da coletividade em que atuam. A educação, assim como as tecnologias atuais, são um bem coletivo e ao coletivo devem servir.

## Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que é o contemporâneo? e outros ensaios**. Tradução: Vinicius Nicastro Honesco. Chapecó, SC: Argos, 2009.

SANTOS, Milton. **Técnica, espaço e tempo**: globalização e meio técnico-científico informacional. São Paulo: Hucitec, 1994.

WOLF, Maryanne. **O cérebro no mundo digital**: os desafios da leitura na nossa era. Tradução: Rodolfo Ilari e Mayumi Ilari. São Paulo: Contexto, 2019. 256 p. ISBN 9778-85-520-0145-4.

## Sobre o autor

**Luiz Fernando Gomes** - Pós-Doutorado pela Universidade Estadual de Campinas em Linguística Aplicada; Doutorado pela Unicamp, na mesma área; Professor da Universidade Federal de Alagoas (UFAL); Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-6302-0071>; Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9782711247133672>